

AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO INSTAGRAM DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

*THE REPRESENTATION OF WOMEN BASED ON THE
INSTAGRAM PUBLICATIONS OF THE MINISTRY OF
SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION*

LILIANE MARIA MACEDO MACHADO¹

MARIANA GALIZA DE OLIVEIRA²

RESUMO

Partimos do pressuposto de que persiste a desigualdade de gênero na divulgação sobre pesquisadoras no Brasil, ocasionada, entre outros fatores, pela sub-representação em espaços midiáticos, tais como os de divulgação científica. Diante dessa questão, propomos uma análise quantitativa e qualitativa do perfil do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Instagram sobre a inclusão, ou não, de mulheres em suas publicações no período de 1º de julho de 2023 a 10 de dezembro de 2023. Identificamos um esforço da instituição para uma maior presença das mulheres, incluindo campanhas especiais como a “Mulheres na Ciência”. No entanto, observamos ainda uma sub-representação e reforços de estereótipos tais como a mulher no papel de mãe e na figura de jovem iniciante.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero na ciência; Divulgação Científica; Instagram; Ministério da Ciência e Tecnologia

ABSTRACT

We start from the assumption that gender inequality persists in Brazil, caused, among other factors, by the under-representation of female researchers in media spaces, such as those for scientific dissemination. Faced with this issue, we propose a quantitative and qualitative analysis of the Ministry of Science, Technology and Innovation's Instagram profile, regarding the inclusion, or not, of women in its publications from July 1, 2023 to December 10, 2023. We identified an effort to increase the presence of women, with special campaigns about women in science, for example. However, we observed that they are still under-represented and that stereotypes such as women as mothers and young beginners are reinforced.

Keywords: Gender inequality in science; Science Communication; Instagram; Ministry of Science, Technology and Innovation

1 Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, mestrado em História pela Universidade de Brasília, doutorado em História pela Universidade de Brasília e pós-doutorado em comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - atualmente, é associada 1. E-mail: lilianemmm@gmail.com

2 Graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília e Aperfeiçoamento em Redação e Revisão de Textos pela Universidade de Brasília (2004). Coordenadora de Comunicação Social do CNPq. E-mail: marigaliza@gmail.com

Introdução

Desde 2010, as mulheres representam cerca de metade do total de pesquisadores no Brasil e no mundo. No entanto, há desigualdades de acesso e de ascensão na trajetória delas, em relação aos colegas homens. Isso limita ou mesmo impede a presença de mulheres em posições e em áreas específicas, as chamadas segregação vertical e horizontal.

A segregação horizontal na ciência ocorre pela concentração de mulheres em áreas como as ciências humanas e sociais, enquanto são menos presentes em campos como tecnologia e engenharia. Essa segregação “inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero” (Olinto, 2011, p.69). Já a segregação vertical, também chamada de “teto de vidro”, trata da dificuldade em alcançar cargos de liderança na ciência, devido a barreiras culturais e estruturais. Segundo Harding (1996), ambas as segregações “se combinam para garantir a perpetuação desta situação” (1996, p.56).

É o que mostra o mais recente relatório divulgado pela editora científica Elsevier, *Progress Toward Gender Equality in Research & Innovation - 2024 Review* (2024)³. O documento mostra os ganhos registrados nas últimas duas décadas em 20 países/regiões, incluindo o Brasil, em 27 áreas do conhecimento nas quais as mulheres têm se destacado.

A participação das mulheres na força de trabalho na ciência, aponta o relatório, difere substancialmente em cada país ou região. Em Portugal e na Argentina, pouco mais de metade (52%) do total de pesquisadores são mulheres; nos Estados Unidos e no Reino Unido, são cerca de 40%; e representam 33% na Índia, atualmente o terceiro maior país em produção científica do mundo. No Brasil, essa porcentagem é de 49% de mulheres (Elsevier, 2024).

Proporção semelhante é observada, no cenário brasileiro, quando consideramos o número de bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2024), que revela que 51% das bolsas em todas as modalidades são destinadas às mulheres⁴. No entanto, percebe-se, também, desigualdades significativas nos recortes de ascensão e por área do conhecimento.

Segundo dados do CNPq (2024), enquanto as bolsas de iniciação à carreira (Iniciação Científica Júnior – ICJ, Iniciação Científica – IC e Iniciação Tecnológica - IT⁵) são destinadas, em sua maioria, às mulheres (55%), apenas 35% das bolsas de Produtividade em Pesquisa⁶ do CNPq são destinadas a pesquisadoras.

Cabe ressaltar que as bolsas de Iniciação Científica são modalidades de formação que visam à inserção dos jovens na ciência e que o predomínio das mulheres ocorre há, pelo menos, 20 anos. No entanto, não há reflexo na trajetória subsequente, contradizendo a argumentação de que uma maior presença das mulheres em níveis hierárquicos mais altos é uma questão de tempo.

3 Relatório publicado em 20 de junho de 2024, disponível em <https://www.elsevier.com/en-au/insights/gender-and-diversity-in-research>. Acessado em 07.ago.2024

4 Dados obtidos pelo Painel de Fomento do CNPq: <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/>.

5 Modalidades destinadas a estudantes do ensino médio (ICJ) e de graduação (IC e IT). As bolsas de IT são destinadas especificamente para áreas de tecnologia e inovação (Informações disponíveis em https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades).

6 Destinada a doutores e doutoras com uma trajetória acadêmica sólida.

Além disso, os números do CNPq (2024) também explicitam a segregação horizontal. Há uma presença superior de mulheres bolsistas nas Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas (66%, 60% e 61%, respectivamente) e uma inversão nas áreas das Engenharias e nas Ciências Exatas e da Terra (37% e 36%, respectivamente).

A falta de diversidade de gênero em determinados ambientes acadêmicos é resultado de fatores históricos e culturais. Além do ingresso tardio das mulheres no ambiente educacional, Barbosa e Lima (2013) apontam para outro fator histórico importante: a institucionalização da ciência como um processo de exclusão das mulheres. Londa Schiebinger (2001) pontua que a mudança de produção do conhecimento científico para as universidades e a divisão dos espaços público e privado como espaços para homens e para mulheres, respectivamente, excluíram as mulheres e seus saberes da ciência moderna:

No século XIX, o rompimento da velha ordem (o sistema de guildas de produção artesanal e o privilégio aristocrático), fechou às mulheres o acesso formal à ciência de que podiam ter desfrutado. Numa época em que as atividades domésticas passavam por privatização, a ciência estava sendo profissionalizada (um processo gradual no decorrer dos séculos). Os astrônomos, por exemplo, deixaram de trabalhar em observatórios familiares de áticos. Com a crescente polarização das esferas pública e doméstica, a família deslocou-se para a esfera doméstica privada, enquanto a ciência migrava para a esfera pública da indústria e universidade (Schiebinger, 2001, p. 69).

Yannoulas (2011), por sua vez, ressalta que a inserção das mulheres nos ambientes sociais esbarra, historicamente, em uma coexistência entre o princípio da igualdade e o conflito com a "constituição de uma identidade feminina diferente da masculina" (2011, p. 274). Segundo a autora, "a construção discursiva dessas identidades sexualmente diferenciadas está relacionada com o estabelecimento de novas normas de conduta e espaços específicos para cada sexo" (2011, p.274).

Assim, ao longo da história, como pontuam Barros e Mourão (2020), os estereótipos estabeleceram comportamentos esperados para cada gênero, incluindo os espaços que deveria ocupar e o tipo de educação a receber. As autoras apontam que, até o início do século XX, as universidades eram espaços hostis à presença das mulheres.

A questão de gênero e a representação das mulheres nas mídias

Teresa de Lauretis (1994) cunhou o termo "tecnologia do gênero" em consonância com a perspectiva foucaultiana de "tecnologias sexuais", em sua tese de que, "a sexualidade normalmente considerada como uma questão natural, particular e íntima, é de fato totalmente construída na cultura de acordo com os objetivos políticos da classe dominante" (p. 220). Assim, "tecnologia do gênero" é entendida como um conjunto de técnicas, procedimentos, práticas e discursos que trabalham para formar indivíduos que se identificam como homens, mulheres, meninos e meninas.

Entendendo, portanto, tecnologia de gênero como aparato que constrói uma representação de gênero, Lauretis (1994) explica as maneiras como a representação de gênero é construída, aceita e absorvida, como destaca Machado (2006, p. 9): "o gênero é uma representação; repre-

sentar o gênero é construí-lo; a construção do gênero continua em andamento e a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução”.

A desigualdade de gênero na ciência é, portanto, uma consequência da construção sócio-histórica. Podemos observar isso por meio das representações sociais, que, segundo Jodelet (1989) “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (p. 1).

Estudos sobre representação, embora com perspectivas diferentes, convergem no reconhecimento da importância das representações sociais na compreensão da vida social e da interação humana. Segundo Moscovici (2007), as representações sociais visam facilitar a comunicação e reduzir incertezas dentro de um grupo por meio do consenso, sem depender de crenças explícitas ou deliberações conscientes. Além disso, o autor aponta que as representações sociais não são apenas reflexos passivos da realidade, elas também moldam a percepção e a ação dos indivíduos em relação a objetos sociais, incluindo os estereótipos de gênero.

Quando somos perguntados ‘com que objetos é construído nosso mundo; deveríamos, por nossa vez, perguntar ‘dentro de que representação?’, antes de responder. Isso significa que representações compartilhadas, sua linguagem, penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o constituem (Moscovici, 2007, p. 210).

Para Jodelet, as representações formam um sistema e dão lugar a “teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significação” (1989, p.4). A autora também pontua que a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual. Segundo Jodelet, “a comunicação social, sob seus aspectos inter-individuais, institucionais e midiáticos aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (1989, p. 12).

Entender como essas representações veiculadas pela mídia podem exercer influência em visões de mundo e construção da realidade apontam para a compreensão dos meios de comunicação como instrumentos de transformação social. Louro (1997) ressalta, por exemplo, que a mídia representou forte aliada dos movimentos feministas na chamada “segunda onda”, desencadeada em meados dos anos 1960 e que, entre outras reivindicações, exigia a ampliação da cidadania.

A construção da realidade por meio dos discursos da mídia também é apresentada por Bueno, que afirma que os modos de ver o mundo “são expressos não apenas através da linguagem escrita, como também pelas imagens veiculadas por eles”. (2002, p. 100).

Nesse contexto, Kellner (2001) aponta:

O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia, de raça, de nacionalidade, de ‘nós’ e ‘eles’ (Kellner, 2001, p. 10).

Ademais, Biroli (2010) ressalta que os meios de comunicação de massa são aparatos técnicos de mediação simbólica que transformaram a natureza das interações sociais. E, como pontua Thompson, as percepções que indivíduos e grupos têm de si mesmos e dos outros:

No curso de recepção das mensagens da mídia, e procurando compreendê-las, responder a elas e partilhá-las com outros, as pessoas reformulam os limites de suas experiências e revisam sua compreensão do mundo e de si mesmas (Thompson, 1995, p.37).

O autor ainda lembra que:

(...) formas simbólicas mais complexas, tais como discursos, textos, programas de televisão e obras de arte, geralmente pressupõem uma variedade de instituições específicas dentro das quais, e por meio das quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (Thompson, 1995, p.192).

Hall (2016) reforça o papel das mídias como meio gerador de significados, em formas diversas, permitindo que eles se propaguem entre diferentes culturas com uma rapidez sem precedentes na história. Esse processo, segundo Hall, "envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam" (2016, p. 31). Freitas e Ribeiro (2019) ressaltam ainda que:

Em uma sociedade extremamente midiaticizada como é a nossa atualmente, os meios de comunicação cumprem um papel de bastante destaque no que diz respeito às formas de representação e às produções e circulações de sentidos (Freitas; Ribeiro, 2019, s.p).

Na ciência, estudos já mostraram que os modelos apresentados pelas mídias reforçam a ideia de um universo masculino e branco, como apontam Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019). Para relacionar as representações sociais nos meios de comunicação à desigualdade de gênero na ciência, precisamos entender, primeiramente, que ser cientista é uma escolha profissional. Assim, pensar como as representações podem influenciar escolhas, torna-se uma abordagem necessária. Partindo da ideia de Kellner de que

por meio da análise do enquadramento utilizado pela mídia, pode-se perceber não apenas seu desenho editorial, mas sobretudo, como as narrativas podem provocar e estimular certos interesses e mensagens que, transmitidas ao leitor ou à população, assim como a instituições e autoridades de modo geral, "modelam" comportamentos sociais e opiniões políticas fornecendo o material com que a pessoas forjam sua identidade (2001, p.9).

As escolhas são influenciadas, como já apontaram Santana e Chamon (2022), por essas representações. Segundo as autoras, elas possibilitam a identificação das informações, opiniões e crenças a respeito da escolha profissional. "Identificar essas representações elaboradas na escolha profissional permite compreender e refletir sobre as influências do presente, com repercussões no futuro" (Santana; Chamon, 2022, p.3).

A divulgação científica como caminho contra a sub-representação

A divulgação científica é o caminho que pesquisadores e pesquisadoras ou profissionais da comunicação encontram para dar visibilidade não só aos resultados das pesquisas, mas, também, às suas realidades, cenários e discussões. Bessa (2015) define a divulgação científica como ferramenta para tornar a ciência acessível ao público, compreendendo ações realizadas por profissionais de comunicação e cientistas. O autor lembra que a eficiência da divulgação

científica está no esforço de fazer o conhecimento científico sair do ambiente acadêmico e circular em ambientes acessíveis à sociedade.

Além disso, o caráter educativo da divulgação científica também tem sido destacado, como pontua Caldas: “no espaço público midiaticado, a circulação da informação científica pode assegurar a formação qualificada da opinião pública” (2010, p. 39).

A importância da valorização da divulgação científica tem sustentação, ainda, no alto interesse da população pela temática da ciência, evidenciado pelos resultados das pesquisas de percepção do público realizadas no Brasil, em contradição com o baixo conhecimento dessa mesma população sobre temas relacionados ao ambiente científico. Segundo a Pesquisa de Percepção Pública da C&T no Brasil⁷ mais recente (CGEE, 2024), 60% da população brasileira está interessada ou muito interessada em “Ciência e Tecnologia”. Este número sugere uma estabilidade quanto ao nível de interesse da sociedade sobre o tema em relação às pesquisas anteriores (2006, 2010, 2015 e 2019).

No contexto do que pretendemos estudar aqui, cabe destacar um resultado importante da Pesquisa de Percepção Pública. Os 10% que responderam conhecer algum cientista (1% não respondeu) levantaram 8 nomes, dentre os quais, apenas uma mulher (Quadro 1). Ressalta-se que a pesquisadora citada, a botânica Graziela Barroso, é um dos nomes da primeira edição do projeto do CNPq, Pioneiras da Ciência no Brasil, iniciativa criada em 2007 que visa dar visibilidade à história de mulheres cientistas que atuaram no país, pioneiras em suas áreas⁸.

Quadro 1: Respostas dos entrevistados da Pesquisa de Percepção Pública da Ciência 2023 à pesquisa: Conhece algum cientista?

Respostas	Total
	(%)
Oswaldo Cruz	55
Carlos Chagas	22
Marcos Pontes	20
Paulo Freire	20
Graziela Barroso	19
Santos Dumont	14
Vital Brasil	11
Sérgio Sacani	10

Fonte: CGEE, 2024

7 A pesquisa é realizada desde 2006 e traça um perfil socioeconômico e comportamental dos entrevistados e coleta suas percepções, seus conhecimentos e consumos a respeito de temas relacionados à ciência e tecnologia (C&T). O intuito é conhecer a visão, o interesse e o grau de informação da população em relação à C&T no País. A Pesquisa de 2023 é a sexta edição e foi realizada em parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) com a colaboração do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

8 O Pioneiras da Ciência no Brasil está em sua 7ª edição e divulga a biografia de mulheres pesquisadoras nos canais de comunicação do CNPq. Ao todo, já foram divulgados 89 verbetes com essas biografias. O conteúdo das sete edições está disponível em <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/pioneiras-da-ciencia-1>.

Assim, pensar a divulgação científica no contexto da desigualdade de gênero na ciência tem uma motivação muito clara. A divulgação científica pode desempenhar um papel crucial na redução da desigualdade de gênero, especialmente ao abordar a contribuição das mulheres na ciência por meio de várias estratégias que visam aumentar a visibilidade das pesquisadoras e promover uma reflexão sobre a questão das mulheres na ciência, além de estimular o interesse de meninas para a carreira. Como aponta Bueno:

A divulgação científica contribui diretamente para que os cidadãos sejam incluídos nos debates referentes a temas especializados, os quais podem trazer forte impacto no seu trabalho ou mesmo na vida pessoal, como é o caso de conteúdos relacionados a células tronco, mudanças climáticas, produtos transgênicos e energias renováveis (2010, p.5).

Torna-se necessário, portanto, compreender a importância da divulgação científica como meio de difusão da imagem e do saber das pesquisadoras para a construção de referências e concepções relativas às mulheres cientistas. Além da visão estereotipada, como aponta Melo e Rodrigues, “certamente faltam às mulheres modelos positivos, as grandes cientistas que lograram conciliar sucesso profissional com vida pessoal realizada” (2006, p. 4). Assim, alertam as autoras, a quebra da representação masculina passa pela apresentação de novos modelos: “é necessário resgatar do esquecimento figuras femininas” (Melo e Rodrigues, 2006, p. 4).

Compreendendo, portanto, a divulgação científica como produto midiático, a partir das definições já colocadas, pode-se pensar o seu potencial no combate à sub-representação das mulheres na ciência e aos preconceitos que as subestimam. E, ainda, que a comunicação pública da ciência pode ser entendida não apenas como um instrumento para gerar uma opinião pública, “mas também (...) para atrair jovens para carreiras tecnocientíficas” (Fagundes e Silva Jr., 2017, p.13).

Procedimentos metodológicos

Para identificar um recorte do cenário atual da representação das mulheres na ciência, foi adotado como *corpus* as publicações de divulgação científica no perfil oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI - no Instagram, rede social em que a imagem é protagonista na mensagem.

O MCTI é o órgão central de políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação do Governo Federal ao qual estão vinculadas unidades de pesquisa atuantes em todas as regiões do país. Assim, a popularização da ciência, preceito principal da divulgação científica, é parte importante da sua atuação, sendo, inclusive, objeto de área específica em sua estrutura organizacional, assim como a temática da diversidade⁹.

Como dito anteriormente, o período de análise do Instagram do MCTI abrange de 1º de julho de 2023 a 10 de dezembro de 2023, considerando, especialmente, o fato de o Ministério ter, pela primeira vez, uma mulher à frente da gestão¹⁰.

9 O Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023 atualizou a estrutura organizacional do MCTI. Instituiu a Assessoria de Participação Social e Diversidade e estruturou a popularização da ciência como Departamento. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.493-de-17-de-abril-de-2023-477647735>.

10 Criado em 1985, o MCTI tem à frente a ministra Luciana Santos, empossada em 2 de janeiro de 2023.

O período proposto considera o restabelecimento das estruturas dos órgãos públicos a partir da mudança de governo após as eleições de 2022. Foi estabelecido como ponto inicial o primeiro dia do mês de julho de 2023, mês em que acontece o maior evento científico do país, a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerando que o MCTI organiza parte importante desse evento - coordenando a participação de todas as unidades de pesquisa vinculadas a ele, entende-se que toda a reestruturação do órgão, necessária após mudança de governo, estava concluída para pleno funcionamento das suas atividades.

Para o levantamento, quantificamos 560 publicações feitas no período proposto. Para a avaliação pretendida, foram descartadas as publicações institucionais (189), com caráter informativo sobre atos da ministra e ações do Ministério, e governamentais (41), que reproduziram publicações institucionais de outros órgãos do governo, com caráter de serviço público ou informativo. Assim, foram analisadas 330 publicações identificadas com características de divulgação científica. Essa categorização foi definida a partir do que apresenta Mariosa e Palazi (2021), ao diferenciar a divulgação científica do marketing institucional:

A divulgação científica trata-se de tornar a ciência de domínio público, portanto o divulgador científico trabalha para levar a ciência para a sociedade e não para divulgar as atividades, conquistas e marketing das empresas e instituições, este é o trabalho da comunicação institucional (Mariosa; Palazi, 2021, s.p.).

Considerando o propósito desta pesquisa, foram adotadas, como objeto de análise, as publicações que contam com imagens de pessoas ou figuras que representam homens ou mulheres. Paralelamente à análise quantitativa, realizamos uma análise qualitativa visual das ilustrações das publicações em que aparecem pessoas, particularmente na forma pela qual as mulheres são representadas, tendo como ponto de partida os estudos sobre a representação já mencionados.

Adotamos um protocolo de análise já apresentado por Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019), considerando como codificações:

- Idade aparente: "criança ou jovem", para idade aparente de até 30 anos; "maduras ou adultos", para idade aparente acima de 40 anos. Foi desconsiderado o período intermediário - entre 30 e 40 anos, considerando os recortes necessários para a análise - juventude e idade de alto nível da carreira de cientistas, tendo como base dessa classificação a faixa etária identificada nos currículos da Plataforma Lattes do CNPq (2024) dos doutores brasileiros. Segundo essa base, 73% dos doutores têm mais de 40 anos (CNPq, 2024)¹¹.

- Cor da pele: seguindo classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definida por branco, preto, amarelo, pardo e indígena.

- Tema: foram definidas três categorias: temas gerais relacionados à ciência, temas relacionados a mulheres na ciência e mulheres como fonte, especialistas de uma área do conhecimento.

Além disso, foi analisada a representação de estereótipos de gênero e dos obstáculos enfrentados pelas mulheres em suas trajetórias científicas como apontam Barros e Mourão (2020): a prevalência por áreas do cuidado, o papel "natural" da maternidade; menos aptidão à ascensão na carreira.

11 PaineLattes disponível em: <http://bi.cnpq.br/painel/formacao-atuacao-lattes/>

Os dados levantados

Para definir o objeto de análise, foram levantadas as publicações nas quais há imagens de pessoas, seja em fotografias, desenhos ou representadas por personagens. Das 330 publicações de divulgação científica identificadas, 38% (127) contam com imagens de pessoas ou figuras que representam homens e/ou mulheres. As demais, 61,5% (203) são publicações com outros tipos de imagens. Assim, os dados apresentados a seguir, referem-se às 127 publicações que retratam figuras humanas – reais ou fictícias. A partir desse levantamento, foram quantificadas as publicações com mulheres representadas, seguindo as categorizações já apresentadas.

Das 127 publicações, 48,8% representavam homens e 43,3%, mulheres. Em 7,8% dessas publicações estavam presentes figuras de homens e mulheres juntos. Nas publicações com apenas homens representados, em 62,9% delas, eram homens com aparência madura, adultos, e 37%, crianças ou jovens. Já nas publicações exclusivas com mulheres, elas eram representadas em 47,2% por mulheres maduras e em 52,7% por crianças ou jovens. Nas representações mistas (homens e mulheres), 60% eram com crianças e jovens e 40% com homens e mulheres maduros.

Quanto à classificação por raça, homens brancos predominaram em relação a pardos ou negros (80% e 19,3%, respectivamente), nas publicações exclusivamente de homens. Em relação às publicações só de mulheres, 65,4% eram de mulheres brancas e 34,5% de pardas ou negras). Nas publicações com homens e mulheres, 60% eram brancos e 40%, pardos ou negros. Não há representação, nem de homens nem de mulheres, indígenas ou amarelas.

Quanto às temáticas das publicações, das 55 que representam exclusivamente mulheres, em 34,5% elas ilustram temas gerais relacionados à ciência; em 29%, representam temas relacionados a mulheres na ciência; e, em 36,3% as mulheres aparecem como especialistas em uma sessão que o MCTI intitulou de “Que ciência é Essa?”, de entrevistas com pesquisadores. Em comparação, esses números para os homens foram 63% para temas gerais e 37% como especialistas. No entanto, ao analisar exclusivamente a sessão em referência, o percentual entre mulheres e homens como fontes é de 45% e 55%, respectivamente.

Análise qualitativa

Considerando as categorias já mencionadas, foi analisada a forma pela qual as mulheres foram representadas nessas publicações. Um destaque diz respeito à representação dos homens como profissionais de idade mais madura, em sua maioria, em contraponto à representação majoritariamente jovem das mulheres, reforçando a imagem das mulheres em posições iniciais da carreira, enquanto torna-se necessário incentivar a quebra das barreiras para ascensão das pesquisadoras em suas carreiras. Reforçando, portanto, a imagem das mulheres, representadas “num passado não muito longínquo”, como aponta Swain (2009, p.24), “como menores de idade por toda sua vida” que “exprime uma realidade construída, mas instituída e instituidora de práticas sociais que resultam na inferiorização das mulheres na sociedade”.

Quanto à raça, tanto na representação dos homens, quanto das mulheres, predominou a imagem de pessoas brancas. Cabe pontuar a diferença menos significativa entre as mulheres, muito devido à campanha iniciada em novembro em referência ao mês da Consciência Negra¹², pela qual foram destacadas mulheres negras, somada à iniciativa de incluir apenas mulheres negras na campanha anterior, denominada Mulheres na Ciência.

A menor presença de mulheres, em relação aos homens, como entrevistadas sobre temas científicos na sessão “Que ciência é essa?”, reforça estudos que mostram a baixa representação das pesquisadoras como fontes nos meios de comunicação (Kassova, 2020). No entanto, enquanto o estudo de Kassova (2020) identificou uma presença significativamente maior de homens especialistas (77%) em relação às mulheres (19%), na análise da cobertura de jornais sobre o coronavírus, em diversos países, a diferença encontrada nas publicações do MCTI – 45% e 55% - mostra um equilíbrio maior. Nessa análise das mulheres como fontes, um destaque positivo pode ser apontado pelo equilíbrio entre mulheres das áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (30%) e das Engenharias e Ciências Exatas e da Terra (36%), inclusive com pequena prevalência desta, em contraponto com a realidade da segregação horizontal já mencionada. Além disso, a porcentagem menor de mulheres especialistas na área da Saúde (18%) também quebra o estereótipo de que as mulheres demonstram maior interesse por áreas que envolvam cuidados e assistência social, como se fosse uma extensão das suas funções ‘naturais’ (Barros; Mourão, 2020).

Importante apontar, ainda, a presença, em três publicações, de mulheres no papel de mãe: uma em analogia ao termo “placa mãe” de computador, outra em publicação sobre tema geral em que é representada uma criança com a mãe e uma terceira em tema da prática do cuidado “INPA cuidando dos bebês peixe-boi”. Tal contexto nos remete ao mito do amor materno apresentado por Badinter (1985), que critica a ideia de que a maternidade – e o amor materno – é da natureza da mulher, afirmando que “qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama etc.) pode “maternar” uma criança” (Badinter, 1985, p.17).

Considerações finais

Ao analisarmos os sentidos representacionais, torna-se importante ressaltar o contexto político no qual o cenário apresentado se insere. Além do já citado ineditismo de uma mulher gestora do ministério ligado à ciência, o país é, atualmente, governado por um presidente que incentiva, em discursos e proposições, iniciativas de combate à desigualdade de gênero¹³.

Reconhecendo esse esforço, percebe-se que há uma aproximação à igualdade de presença de mulheres e homens nas publicações do MCTI, ainda que com predominância de homens. Nesse sentido, destacamos a campanha **Mulheres na Ciência**, iniciada em outubro de 2023, pela qual foram apresentadas histórias de mulheres cientistas em diferentes estágios da carreira. No entanto, considerando que o número de mulheres supera o de homens no total de pesqui-

12 Em 20 de novembro é celebrado o Dia da Consciência Negra, referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares.

13 Conforme apresentam as notícias recentes sobre o tema, disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-podem-ser-a-maioria-e-governar-o-mundo-diz-lula-em-angola/>, <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/201cnada-justifica-a-desigualdade-de-genero201d-diz-lula>, <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/03/lula-sanciona-projetos-voltados-para-as-mulheres-e-torna-obrigatoria-a-igualdade-salarial>

sadores do Brasil, a quantidade menor de mulheres representadas na rede social não reflete a realidade do país, reforçando o que Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019) apontam como uma narrativa desenvolvida que reproduz a ideia de uma “ciência masculina” (2019, p. 18).

Considerando todos esses pontos, entendemos que o levantamento aponta para um esforço de representar a ciência e temáticas afins a partir de figuras de mulheres, mas ainda reforça um cenário de desigualdade da presença das mulheres em ambientes científicos – menos mulheres no total de publicações e menos especialistas – e alguns estereótipos atribuídos às mulheres – jovens (iniciantes) e responsáveis pelas ações de cuidado.

Importante observar, por fim, que essa é uma pesquisa inicial, definida por um recorte temporal simbólico, mas curto. Entendemos como necessária uma pesquisa mais ampla, que abranja um período suficientemente grande para que possa ser avaliada a evolução da representação das mulheres no decorrer da introdução de políticas públicas de combate à desigualdade de gênero da ciência, de incentivo à inserção de meninas na carreira científica e de promoção da visibilidade das pesquisadoras do país.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Marcia C.; LIMA, Betina. Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar? In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Trajetória Profissional de Mulheres Cientistas à Luz dos Estereótipos de Gênero. *Psicologia em Estudo*, v. 25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46325>. Acesso em: 27 out. 2024.
- BESSA, Eduardo. O que é divulgação científica? In: ARNT, Ana de Medeiros; FRANÇA, Cecília; BESSA, Eduardo. *Divulgação científica e redação para professores*. Tangará da Serra: Ideias, 2015.
- BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, [S.l.], v. 15, n. 1 esp., p. 1–12, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BIROLI, Flavia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, p. 269–299, jan. 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Painel Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação*. [S.l.]: CNPq, 2024. Disponível em: <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/>. Acesso em: 27 out. 2024.
- BRASIL. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. *Percepção pública da C&T no Brasil - 2023: Resumo Executivo*. Brasília, DF: CGEE, 2024. 30 p.
- CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. *Informação & Informação*, [S. l.], v. 15, n. 1 esp., p. 31–42, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp31. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- FAGUNDES, Vanessa; SILVA Jr., Maurício Guilherme (Orgs.). *Divulgação científica: novos horizontes: reflexões e experiências jornalístico-acadêmicas desenvolvidas no projeto Minas fazem Ciência*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017. ePub.

FREITAS, Alexandre Campos; RIBEIRO, Luciana Aparecida Carlos. Representação de gênero na divulgação científica: uma análise da série "Cosmos". *JCOMAL*, v. 2, n. 1, p. A02, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22323/3.02010202> Acesso em: 6 set. 2024.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Barcelo: Morada. 1996.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Educação, 1993.

KASSOVA, Luba. *Missing perspectives of women in COVID-19 news*. Publicado pelo International Women's Media Foundation. Disponível em <https://www.iwmf.org/women-in-covid19-news/> Acesso em: 6 mar. 2024.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Liliane Maria Macedo. *E a mídia criou a mulher: como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero*. 244 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MARIOSIA, Erica; PALAZI, Ana Paula. Como a comunicação institucional pode te ajudar a planejar sua comunicação. *Mindflow*, Blogs, Unicamp, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mindflow/como-a-comunicacao-institucional-e-o-jornalismo-cientifico-podem-te-ajudar-a-planejar-sua-comunicacao/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MASSARANI, Luisa; CASTELFRANCHI, Yuri; PEDREIRA, Anna Elisa. Cientistas na TV: como homens e mulheres da ciência são representados no Jornal Nacional e no Fantástico. *Cadernos Pagu*, n. 56, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560015>. Acesso em: 17 dez. 2023.

MELO, Hildete Pereira; RODRIGUES, Lúcia M. C. S. *Pioneiras da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: SBPC, 2006.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTANA, Leonor M.; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Escolha Profissional e Representações sociais: um estudo com estudantes de ensino médio de escolas públicas. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 31, jan. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972022000100108&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2024.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SWAIN, Tania Navarro. *Heterogênero: "Uma categoria útil de análise"*. Educar, Curitiba, n. 35, p. 23-36, 2009. Editora UFPR.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.